

BW Guirapá I S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas para o Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2014
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BW Guirapá I S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da BW Guirapá I S.A. (“Companhia”), identificada como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Penalidade pelo atraso na construção da planta de geração de energia elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia que detêm as concessões para exploração do serviço de geração de energia eólica não concluíram, no prazo de 1 de julho de 2014, a construção de suas plantas de geração de energia elétrica. Desde a referida data, a Administração protocolou sucessivamente quatro pedidos de postergação de prazo e isenção de penalidades na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Considerando o atual estágio de construção das plantas de geração de energia e o fato de não ter havido uma posição formal da ANEEL, não foi possível nos satisfazermos quanto à inexistência, ou não, de eventuais impactos financeiros que possam vir a afetar negativamente de forma material as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Opinião com ressalva


Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BW Guirapá I S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia encontram-se na fase pré-operacional de construção de suas plantas de geração eólica. Em 31 de dezembro de 2014, o sucesso das operações futuras e o equilíbrio do capital circulante líquido, que se encontra negativo em R\$487.047 mil (R\$263.373 mil em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, dependem do suporte financeiro dos acionistas até a conclusão da construção das plantas de geração eólica e o pagamento dos passivos de curto prazo. A não confirmação do referido suporte financeiro coloca em dúvida a continuidade dos negócios da Companhia, já que a mesma não tem geração própria de caixa para saldar os seus compromissos. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

BW GUIRAPÁ I S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAL E CONSOLIDADO
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/12/2014	31/12/2013	30/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	16	136	125
Aplicações financeiras	5	34.534	31.548	34.555	88.146
Impostos a recuperar		28	42	366	45
Outros		2	-	22	-
Total dos ativos circulantes		<u>34.575</u>	<u>31.606</u>	<u>35.079</u>	<u>88.316</u>
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas		-	-	-	4
Investimentos	6	159.971	87.725	-	-
Imobilizado	7	649	466	674.570	364.447
Intangível	8	-	-	28.250	24.774
Total dos ativos não circulantes		<u>160.620</u>	<u>88.191</u>	<u>702.820</u>	<u>389.225</u>
TOTAL DOS ATIVO		<u>195.195</u>	<u>119.797</u>	<u>737.899</u>	<u>477.541</u>
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	-	35.811	18.381
Debêntures	10	-	-	485.629	332.493
Obrigações fiscais		148	166	319	575
Obrigações trabalhistas		284	223	284	223
Outras contas a pagar	17	83	17	83	17
Total dos passivos circulantes		<u>515</u>	<u>406</u>	<u>522.126</u>	<u>351.689</u>
NÃO CIRCULANTE					
Provisão para custos socioambientais e desmobilização	11	-	-	21.093	6.461
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.093</u>	<u>6.461</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	12	224.488	133.488	224.488	133.488
Prejuízos acumulados		(29.808)	(14.097)	(29.808)	(14.097)
Total do patrimônio líquido		<u>194.680</u>	<u>119.391</u>	<u>194.680</u>	<u>119.391</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>195.195</u>	<u>119.797</u>	<u>737.899</u>	<u>477.541</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais - exceto prejuízo por ação em R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com pessoal		(4.525)	(1.975)	(4.530)	(1.979)
Serviços profissionais contratados		(3.601)	(4.725)	(4.762)	(5.457)
Viagens e estadias		(1.042)	(508)	(1.122)	(508)
Despesas com seguros		(133)	(1.278)	(263)	(1.278)
Impostos, taxas e publicações		(99)	(43)	(579)	(1.021)
Depreciações	7	(39)	(4)	(80)	(48)
Despesas de aluguel / localização		(335)	(160)	(389)	(170)
Outras despesas gerais e administrativas		(160)	(193)	(214)	(205)
Equivalência patrimonial	6	(6.773)	(3.566)	-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(16.707)</u>	<u>(12.452)</u>	<u>(11.939)</u>	<u>(10.666)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Juros sobre debêntures		-	-	(51.271)	(11.361)
Juros empréstimos		-	-	-	(3.976)
Outras despesas com financiamentos e debêntures		-	-	(2.507)	(2.993)
Despesas financeiras capitalizados		-	-	49.892	16.811
Outras despesas financeiras		(6)	(2.264)	(202)	(2.323)
Receitas de aplicações financeiras		1.482	1.307	6.331	3.030
Receitas financeiras capitalizadas		-	-	(4.017)	(1.429)
		<u>1.476</u>	<u>(957)</u>	<u>(1.774)</u>	<u>(2.241)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(15.231)</u>	<u>(13.409)</u>	<u>(13.713)</u>	<u>(12.907)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(480)</u>	<u>(426)</u>	<u>(1.998)</u>	<u>(928)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(15.711)</u>	<u>(13.835)</u>	<u>(15.711)</u>	<u>(13.835)</u>
Prejuízo do exercício por ação em reais	12.c	<u>(61,05)</u>	<u>(78,72)</u>		

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

BW GUIRAPÁ I S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Prejuízo do exercício	(15.711)	(13.835)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(15.711)</u>	<u>(13.835)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

BW GUIRAPÁ I S.A.

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - NÃO AUDITADO							
Subscrição de capital:							
5 de abril		53.980	-	53.980	15.508	(262)	69.226
20 de maio		15.508	(15.508)	-	-	-	-
4 de junho		60.000	(60.000)	-	-	-	-
		95.000	(95.000)	-	-	-	-
Integralização de capital:							
17 de setembro		-	4.000	4.000	-	-	4.000
16 de outubro		-	10.000	10.000	-	-	10.000
5 de abril		-	15.508	15.508	(15.508)	-	-
5 de junho		-	50.000	50.000	-	-	50.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(13.835)	(13.835)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		224.488	(91.000)	133.488	-	(14.097)	119.391
Integralização de capital:							
16 de outubro	12.a	-	18.000	18.000	-	-	18.000
30 de outubro	12.a	-	25.000	25.000	-	-	25.000
4 de dezembro	12.a	-	22.000	22.000	-	-	22.000
29 de dezembro	12.a	-	26.000	26.000	-	-	26.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(15.711)	(15.711)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		224.488	-	224.488	-	(29.808)	194.680

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAL E CONSOLIDADO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(15.231)	(13.409)	(13.713)	(12.907)
Equivalência patrimonial	6	6.773	3.566	-	-
Depreciação e amortização	7	39	4	80	48
(Aumento) redução de ativos					
(Aumento) redução de impostos a recuperar		14	(41)	(321)	(44)
(Aumento) redução de outros créditos		(2)	-	(22)	18
Aumento (redução) de passivos					
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas		61	223	61	223
Aumento (redução) em obrigações fiscais		(20)	166	101	593
Imposto de renda e contribuição social pagos		(479)	(426)	(894)	(475)
Aumento (redução) em outras contas a pagar		66	17	66	14
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(8.779)</u>	<u>(9.900)</u>	<u>(14.642)</u>	<u>(12.530)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aplicação financeira		(2.985)	(31.548)	52.054	(88.646)
Aquisição de imobilizado	7	(222)	(469)	(226.790)	(281.402)
Aumento de capital em controladas	6	(79.019)	(22.068)	-	-
Aumento intangível		-	-	(3.476)	(2.449)
caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		<u>(82.226)</u>	<u>(54.085)</u>	<u>(178.212)</u>	<u>(372.497)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Debêntures		-	-	101.865	321.133
Partes relacionadas		-	1	-	1
Integralização de capital	12.a	91.000	64.000	91.000	64.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>91.000</u>	<u>64.001</u>	<u>192.865</u>	<u>385.134</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(5)</u>	<u>16</u>	<u>11</u>	<u>107</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16	-	125	18
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>11</u>	<u>16</u>	<u>136</u>	<u>125</u>
		<u>(5)</u>	<u>16</u>	<u>11</u>	<u>107</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

BW GUIRAPÁ I S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BW Guirapá I S.A. (“Companhia”), com sede na Praça XV de Novembro, 34, 10º andar, foi constituída em 1º de fevereiro de 2012, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades que tenham como objeto o segmento de energia eólica. A Companhia tem como acionistas a Brazil Wind S.A. e o Santander Participações S.A..

A Companhia atua como empresa “*holding*” destinada, exclusivamente, aos investimentos relacionados ao empreendimento denominado “Complexo Guirapá”, composto por sete parques eólicos denominados “Centrais Eólicas”, através do Leilão de Energia de Reserva - LER 2011 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As Centrais Eólicas têm como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, sendo localizados nos municípios de Pindaí e Caetité no Estado da Bahia.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$487.047 (R\$263.373 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, causado pelo atual estágio de investimento na construção dos parques eólicos das investidas e pelo vencimento de curto prazo. A Administração entende que tal situação será revertida mediante recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros que somente serão pagos quando os investimentos nos parques eólicos estiverem gerando retorno financeiro.

O Complexo Guirapá é composto pelas seguintes Centrais Eólicas:

	<u>Capacidade de produção instalada</u>	<u>Data prevista para entrada em operação</u>
Central Eólica Angical	12,95 MW	31/07/2015
Central Eólica Caititu	22,20 MW	31/10/2015
Central Eólica Coqueirinho	29,60 MW	31/10/2015
Central Eólica Corrupião	27,75 MW	31/07/2015
Central Eólica Inhambu	31,45 MW	31/08/2015
Central Eólica Tamanduá Mirim	29,60 MW	31/10/2015
Central Eólica Teiú	16,65 MW	31/07/2015

Os contratos de reserva de energia de todas as Centrais Eólicas foram firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos. Informações detalhadas sobre as questões regulatórias e os novos prazos solicitados para a entrada em operação dos parques, estão descritas na nota 1.3.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada Central Eólica:

Central Eólica Angical S.A. - “CE Angical”

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 37, de 3 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 16,0 MW e 6,0 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 12,95 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 95, de 7 de novembro de 2013.

O total de investimento previsto para a construção do parque é de aproximadamente R\$60.000 (não auditado) o qual será realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Caititu S.A. - “CE Caititu”

A CE Caititu foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 54, de 9 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 20,8 MW e 10,5 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 22,2 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 71, de 21 de novembro de 2013.

O total de investimento previsto para a construção do parque é de aproximadamente R\$90.000 (não auditado) o qual será realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Coqueirinho S.A. - “CE Coqueirinho”

A CE Coqueirinho foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 53, de 9 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 22,4 MW e 13,5 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 29,6 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 58, de 18 de fevereiro de 2014.

O total de investimento previsto para a construção do parque é de aproximadamente R\$125.000 (não auditado) o qual será realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Corrupião S.A. - “CE Corrupião”

A CE Corrupião foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 70, de 22 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 22,4 MW e 13,7 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 27,75 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 102, de 25 de novembro de 2013.

O total de investimento previsto para a construção do parque é de aproximadamente R\$130.000 (não auditado) o qual será realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Inhambu S.A. - “CE Inhambu”

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 69, de 22 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 25,6 MW e 15,5 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 31,45 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 99, de 18 de novembro de 2013.

O total de investimento previsto para a construção do parque é de aproximadamente R\$150.000 (não auditado) o qual será realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. - “CE Tamanduá Mirim”

A CE Tamanduá Mirim foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 52, de 9 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 24,0 MW e 13,6 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 29,6 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 45, de 13 de fevereiro de 2014.

O total de investimento previsto para a construção do parque é de aproximadamente R\$130.000 (não auditado) o qual será realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Central Eólica Teiú S.A. - “CE Teiú”

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 36, de 9 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 17,6 MW e 8,2 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 16,65 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 100, de 21 de novembro de 2013.

O total de investimento previsto para a construção do parque é de aproximadamente R\$75.000 (não auditado) o qual será realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

1.1. Comercialização de energia

Empresa do grupo	Compradora	Prazo	Valor total do contrato (em R.\$mil/ano)	Montante vendido (MW h/ano)	Preço (MWh em R.\$)	Índice de correção
Central Eólica Angical S.A.	CCEE	20 anos	5.255	52.560	99,98	IPCA
Central Eólica Caititu S.A.	CCEE	20 anos	9.196	91.980	99,98	IPCA
Central Eólica Coqueirinho S.A.	CCEE	20 anos	11.467	118.260	96,97	IPCA
Central Eólica Corrupião S.A.	CCEE	20 anos	11.637	120.012	96,97	IPCA
Central Eólica Inhambu S.A.	CCEE	20 anos	13.166	135.780	96,97	IPCA
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	CCEE	20 anos	11.552	119.136	96,97	IPCA
Central Eólica Teiú S.A.	CCEE	20 anos	7.181	71.832	99,98	IPCA

1.2. Questões ambientais

Atualmente, as Centrais Eólicas estão executando os programas básicos ambientais contemplados na Licença de Instalação, já tendo atendido todas as condicionantes relativas à Licença Prévia.

As Centrais Eólicas Angical, Corrupião e Teiú, já obtiveram a Licença de Operação (LO) pelo prazo de 5 anos, concedida pelo INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por intermédio da publicação da Portaria nº 9.391 de 6 de março de 2015, no Diário Oficial do Estado da Bahia em 07 de março de 2015.

Os principais programas socioambientais listados na LO são os seguintes:

- Plano de Controle e Monitoramento de Ruído;
- Programa de Sinalização e Controle de Tráfego;
- Programa de monitoramento dos Recursos Hídricos, dos cursos d'água existentes na área de influência direta;
- Plano de Gerenciamento de Risco;
- Plano de Segurança e Emergência, contemplando a capacitação e treinamentos para a atuação de emergências e incêndios;
- Plano de Segurança e Controle de Emissão de Partículas;
- Plano de Manutenção Preventiva para os equipamentos do parque eólico e subestação de energia;
- Realizar a manutenção dos sistemas de drenagem superficial e revegetação dos taludes de corte e aterro;
- Implantar os leitos de secagem na ETE do canteiro de obras;
- Continuar utilizando o efluente oriundo da ETE bem como a água da CSAO;
- Dar continuidade ao Plano de Monitoramento de Fauna para os grupos de avifauna e quiropteroфаuna, contemplando ações de salvamento de animais feridos, que se fizerem necessários ao longo da operação do empreendimento;

- Programa de Comunicação Social e Monitoramento de Indicadores socioeconômicos;
- Programa de Educação Ambiental dando ênfase na Educação Patrimonial;
- Dar continuidade à Comissão de Acompanhamento do Empreendimento, com a participação de representantes da empresa e atores sociais envolvidos, representantes dos municípios existentes na área de influência do empreendimento;
- Implementar Projeto de Fontes Autônomas de Energias Renováveis apresentado pela empresa, buscando conciliar a proposta mais viável ambientalmente e economicamente.

1.3. Questões regulatórias

Os contratos de reserva de energia de todas as Centrais Eólicas foram firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos. O prazo inicial para início das operações era a partir do mês de julho de 2014. Em 30 de junho de 2014, a Companhia protocolizou junto à ANEEL um pedido de alteração do cronograma físico de implantação das centrais geradoras eólicas e solicitação de excludente de responsabilidade, reprogramando os prazos para entrada em operação comercial das centrais eólicas:

- Primeiro Pedido de Postergação de Prazo – 30/06/2014

Central Eólica Angical S.A	01/09/2014
Central Eólica Caititu S.A.	01/11/2014
Central Eólica Coqueirinho S.A.	01/11/2014
Central Eólica Corrupião S.A.	01/09/2014
Central Eólica Inhambu S.A.	01/09/2014
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A	01/11/2014
Central Eólica Teiú S.A.	01/09/2014

Posteriormente, a Companhia protocolizou outros três pedidos de postergação de prazo junto à ANEEL, abaixo seguem as datas estimadas:

- Segundo Pedido de Postergação de Prazo – 05/08/2014

Central Eólica Angical S.A	15/10/2014
Central Eólica Caititu S.A.	20/02/2015
Central Eólica Coqueirinho S.A.	25/02/2015
Central Eólica Corrupião S.A.	01/10/2014
Central Eólica Inhambu S.A.	01/12/2014
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A	15/02/2015
Central Eólica Teiú S.A.	01/11/2014

- Terceiro Pedido de Postergação de Prazo – 22/09/2014

Central Eólica Angical S.A	01/11/2014
Central Eólica Caititu S.A.	01/02/2015
Central Eólica Coqueirinho S.A.	01/02/2015
Central Eólica Corrupião S.A.	01/11/2014
Central Eólica Inhambu S.A.	01/12/2014
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A	01/02/2015
Central Eólica Teiú S.A.	01/11/2014

- Quarto Pedido de Postergação de Prazo – 29/12/2014

Central Eólica Angical S.A	01/03/2015
Central Eólica Caititu S.A.	01/06/2015
Central Eólica Coqueirinho S.A.	01/06/2015
Central Eólica Corrupião S.A.	01/03/2015
Central Eólica Inhambu S.A.	01/04/2015
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A	01/06/2015
Central Eólica Teiú S.A.	01/03/2015

Adicionalmente ao pedido de prorrogação, a Companhia também pleiteia:

- O reconhecimento de que o atraso na implantação decorreu de fatores alheios à gestão do projeto;
- Que o período de concessão seja adiado no mesmo prazo dos termos iniciais e final dos Contratos de Energia de Reserva (CER);
- Que, acatado o pedido da nova data de suprimento proposta, sejam afastadas todas as penalidades decorrentes do atraso.

Com base no Memorando nº. 534 da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG) de 11 de agosto de 2014 e na nota técnica da nº 477 da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG), em 16 de dezembro de 2014, a ANNEL expediu o Despacho nº 4.828, publicado no DOU de 19 de dezembro de 2014, indeferindo o pleito da Companhia.

Em 29 de dezembro de 2014, a assessoria jurídica da Companhia ingressou com um “Pedido de Reconsideração” do Despacho 4.828, ratificando suas argumentações apresentadas anteriormente, que se baseavam principalmente, nos seguintes pontos: (I) Necessidade de desmembramento da Licença de Localização pelo INEMA, por força de que a licença original para instalação do parque eólico, abrangia outros parques que não sagraram-se vencedores do leilão; (II) O INEMA demorou 6 meses para a realização do desmembramento e emissão das novas licenças; (III).

Em dezembro de 2011 foi aprovada a Lei Estadual nº 12.377 que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, que inseriu novas condicionantes para obtenção das licenças; (IV) Em maio de 2012, a edição do novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651) trouxe inúmeras modificações na legislação ambiental, passando a exigir o cadastramento ambiental rural para a regularização da Reserva Legal das propriedades que compõe o parque eólico.

Passados 5 meses, em 17/10/2012 houve a regulamentação desta exigência que obrigou aos empreendimentos adquirir em propriedades para atender às novas regras; (V) Somente em fevereiro de 2013 o INEMA solicitou aos empreendimentos o material complementar para fins de emissão das LIs, isto já em data posterior ao marco estabelecido inicialmente para obtenção destas licenças, e (VI) Em 02/05/2013 o INEMA comunicou que não havia mais pendências para a emissão das LIs. Entretanto, somente em 26/07/2013 os Parques Angical, Caititu, Corrupião e Inhambu tiveram suas licenças emitidas com 189 dias de atraso. Teiu obteve as licenças em 04/08/2013 (198 dias de atraso) e finalmente em 14/02/2014, Coqueirinho e Tamanduá Mirim obtiveram suas licenças com 392 dias de atraso.

Além da ratificação dos pontos acima, fatos novos foram inseridos nas argumentações, sendo os principais pontos, as recentes decisões proferidas pela ANEEL em casos similares ao da Companhia - Despachos nº 3764 e nº 4.827 e Resoluções Autorizativas nº 4.965 e nº 4.464. e, o fato da omissão nos pareceres da SFG e SCG do atraso da emissão da Autorização de Supressão Vegetal (ASV) pela autoridade ambiental.

De acordo com a Resolução ANEEL nº 63/2004, o descumprimento de cronogramas, obrigações e encargos decorrentes da autorização, implicariam, numa situação extrema, na Revogação da Outorga e, sem prejuízo das penalidades previstas no CER, o artigo 14 da referida Resolução da ANEEL estabelece multas que variam de 0,01% até 2%, sobre o valor do faturamento contratado e não cumprido.

Com relação às penalidades constantes no Contrato de Energia de Reserva (CER), Clausulas 4ª, subitem 4.5 e na Clausula 10ª e seus subitens, estipula o montante a ser pago de penalidade. Ainda, no caso de uma decisão negativa da ANEEL, para o pedido de extensão do prazo de concessão, a perda de faturamento afetaria a taxa de retorno do projeto.

A Administração, com base na opinião legal de seus assessores jurídicos, que formularam o Pedido de Postergação da Data de entrada em Operação Comercial e da Data de início de Suprimento dos Contratos de Energia de Reserva, entende que este atraso está relacionado a motivo de força maior e, portanto, não haverá penalidades a serem atribuídas ao Grupo BW Guirapá. Também continua confiante de que as argumentações acima resumidas estão baseadas em documentos contundentes que caracterizam que as alterações na legislação de âmbito federal e estadual e a morosidade do órgão ambiental evidenciam a circunstância alheia ao poder de gestão do empreendedor e, esperam, um parecer favorável e conciliador da ANEEL, no âmbito administrativo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, apresentadas abaixo:

<u>Razão social</u>	31/12/2014 e 31/12/2013
	<u>Direta</u>
Central Eólica Angical S.A.	100,00%
Central Eólica Caititu S.A.	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A.	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A.	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A.	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	100,00%
Central Eólica Teiú S.A.	100,00%

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. As práticas contábeis e os períodos contábeis das demonstrações das controladas são idênticos ao da controladora.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e controladas:

a) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos para negociação (nota explicativa nº 4 e 5) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

b) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e perdas para redução do valor recuperável (*impairment*) acumulados, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela Companhia inclui:

- (i) O custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) Adiantamentos concedidos a fornecedores;
- (iii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- (iv) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado; e
- (v) Custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas unidades de cadastro que compõem esses empreendimentos. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, levando em consideração a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 7 - Imobilizado.

c) Investimento

O investimento em controladas está registrado e avaliados com base no método de equivalência patrimonial, sendo reconhecida na demonstração de resultado como receita ou despesa operacional. As demonstrações contábeis das controladas foram elaboradas na mesma data-base, utilizando práticas contábeis consistentes com as práticas contábeis apresentadas pela Companhia.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura das investidas foi incluído no valor contábil do investimento da controladora e será amortizado a partir da entrada em operação das investidas. No consolidado, o ágio foi reclassificado para o intangível.

d) Intangível

Inclui os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão. O contrato de cessão de direito de uso, transfere o direito de usar o ativo ao contratante pelo período contratado e são classificados como contratos financeiros. Para os contratos financeiros em que a Companhia atua como contratante, os pagamentos são capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato.

O ativo é amortizado de acordo com a política aplicável para cada ativo. Para os contratos financeiros, inicialmente, o investimento está reconhecido pelos custos incorridos durante a construção do empreendimento. Nesses casos, o saldo será amortizado pelo período remanescente dos respectivos contratos após a entrada em operação do parque eólico.

e) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Companhia analisa periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo (*impairment*) para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores de realização.

A Administração revisa a recuperação do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente, o imobilizado e o intangível utilizados nas suas operações. O objetivo dessa revisão é o de determinar e avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível não recuperação, com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente a vida remanescente estimada dos ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de vida longa está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores, e é registrado no resultado do exercício em que houve a revisão da estimativa.

f) Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas dos balanços (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os encargos financeiros são apropriados em despesas financeiras, ou capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

g) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial.

O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação (data em que a Companhia se comprometer a comprar ou vender um ativo). O método de reconhecimento deve ser consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertençam à mesma categoria.

O ativo financeiro é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação vinculados diretamente a sua aquisição ou emissão, exceto para aqueles designados como valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia correspondem ao seu caixa e equivalentes de caixa (conta corrente e aplicação financeira). As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido da remuneração auferida, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada, e cujo montante da obrigação é estimada de forma confiável.

Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por via de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e em consequência, criará uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas da obrigação.

A Companhia baixa os passivos financeiros quando as obrigações são extintas, ou seja, quando as obrigações são liquidadas, canceladas ou prescritas.

h) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa nº 7).
- Intangível (nota explicativa nº 8).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 13).
- Provisão para custo socioambientais e desmobilização de ativos (nota explicativa nº 11)

i) Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

j) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia e suas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e contribuição social do exercício corrente.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, quando aplicável.

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais se destacam as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes para Companhia.

3.1. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39) - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agriculturas: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRS Melhorias anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRS Melhorias anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (1)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
- (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
- (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e depósito bancário à vista	11	16	136	125

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Fundo de Investimento Referenciado DI Special - Banco Bradesco	-	-	21	56.598
Fundos de Investimento Unibanco Top DI Referenciado - Banco Itaú	<u>34.534</u>	<u>31.548</u>	<u>34.534</u>	<u>31.548</u>
	<u>34.534</u>	<u>31.548</u>	<u>34.555</u>	<u>88.146</u>

Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações financeiras, estão atreladas a cotas de Fundos de Investimento Referenciado DI Special, administrado pelo Banco Bradesco S.A., e no Fundo de Investimentos Unibanco Top Di referenciado, administrado pelo Banco Itaú S.A. Ambos estão indexados à variação média de 99% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras possuem compromissos definidos, apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

6. INVESTIMENTOS

O investimento da Companhia está representado pela participação em controladas, a saber:

Centrais Eólicas	Ações ordinárias (em milhares)	Participação no capital integralizado - % 31/12/2014 e 31/12/2013	Patrimônio líquido		Prejuízo do exercício	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Angical	265.230	100%	15.032	5.249	(259)	(273)
Caititu	153.050	100%	11.302	8.440	(1.018)	(545)
Coqueirinho	275.140	100%	19.742	10.898	(1.560)	(550)
Corrupião	273.604	100%	27.710	10.908	(397)	(302)
Inhambu	270.120	100%	29.317	12.407	(1.419)	(843)
Tamanduá Mirim	280.355	100%	18.914	10.953	(1.749)	(685)
Teiú	228.288	100%	15.634	6.550	(371)	(368)
		Sub - Total	137.651	65.405	(6.773)	(3.566)
		Ágio	22.320	22.320		
		Total	159.971	87.725		

A movimentação do saldo de investimento está demonstrada abaixo:

Centrais Eólicas	Movimentação dos investimentos						
	Saldos em 31/12/2012	Aumento de capital	Equivalência	Saldos em 31/12/2013	Aumento de capital	Equivalência	Saldos em 31/12/2014
Angical	3.699	1.823	(273)	5.249	10.042	(259)	15.032
Caititu	6.059	2.926	(545)	8.440	3.880	(1.018)	11.302
Coqueirinho	7.796	3.652	(550)	10.898	10.404	(1.560)	19.742
Corrupião	7.875	3.335	(302)	10.908	17.199	(397)	27.710
Inhambu	8.903	4.347	(843)	12.407	18.329	(1.419)	29.317
Tamanduá Mirim	7.821	3.817	(685)	10.953	9.710	(1.749)	18.914
Teiú	4.750	2.168	(368)	6.550	9.455	(371)	15.634
Subtotal	46.903	22.068	(3.566)	65.405	79.019	(6.773)	137.651
Ágio	22.320	-	-	22.320	-	-	22.320
Total	69.223	22.068	(3.566)	87.725	79.019	(6.773)	159.971

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais depreciação - %	Controladora			
		2014 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	2013 Saldo líquido
Veículos	20%	203	(27)	176	-
Móveis e utensílios	10%	25	(3)	22	17
Instalações administrativas	10%	3	-	3	-
Equipamento de comunicação	10%	15	(2)	13	15
Computadores e periféricos	20%	45	(11)	34	33
Terrenos	-	401	-	401	401
Total		692	(43)	649	466

	31.12.2014 Taxas anuais depreciação	Consolidado			31.12.2013
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Veículos	20%	203	(27)	176	-
Móveis & utensílios e instalações administrativas	10%	35	(3)	32	25
Máquinas e equipamentos	10%	425	(85)	340	370
Computadores e periféricos	20%	44	(11)	33	33
Imobilizações e equipamentos em andamento (a)	-	562.060	-	562.060	323.272
Contratos de obras e equipamentos em andamento (b)	-	29.475	-	29.475	18.381
Capitalização de juros (c)	-	60.760	-	60.760	15.304
Desmobilização, desmontagem de bens e custos socioambientais	-	21.093	-	21.093	6.461
Terrenos	-	601	-	601	601
Total do custo		674.696	(126)	674.570	364.447

- (a) As imobilizações e equipamentos em andamento compreendem os adiantamentos a fornecedores para compra dos aerogeradores, subestação e linhas de transmissão e os gastos incorridos para a construção dos parques eólicos. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 destas demonstrações financeiras, a entrada em operação de todos os parques está prevista para ocorrer ao longo do exercício de 2015, quando dará início a depreciação dos ativos imobilizados.
- (b) Compreendem as provisões de pagamentos a fornecedores para compra dos aerogeradores, subestação e linhas de transmissão e os gastos incorridos, mas ainda não faturados, para a construção dos parques eólicos.
- (c) Os encargos financeiros decorrentes da emissão de debêntures, líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras apurados pelo investimento de parte desses recursos, foram capitalizados no imobilizado da Companhia, visto que foram utilizados exclusivamente para a construção dos parques eólicos. Esses encargos financeiros serão amortizados quando do início da operação dos parques, limitados ao prazo de concessão.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

Custo	Controladora				
	31.12.2012	Adições	31.12.2013	Adições	31.12.2014
Veículos	-	-	-	203	203
Móveis e utensílios e Instalações administrativas	-	18	18	10	28
Equipamentos de comunicação	-	15	15	-	15
Computadores e periféricos	-	36	36	9	45
Terrenos	<u>1</u>	<u>400</u>	<u>401</u>	-	<u>401</u>
Total do custo	<u>1</u>	<u>469</u>	<u>470</u>	<u>222</u>	<u>692</u>
Depreciação					
Veículos	-	-	-	(27)	(27)
Móveis e utensílios e Instalações administrativas	-	(1)	(1)	(2)	(3)
Equipamentos de comunicação	-	-	-	(2)	(2)
Computadores e periféricos	-	(3)	(3)	(8)	(11)
Total da depreciação	=	<u>(4)</u>	<u>(4)</u>	<u>(39)</u>	<u>(43)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>1</u>	<u>465</u>	<u>466</u>	<u>183</u>	<u>649</u>

Consolidado

	31.12.2012	Adições	Baixas	31.12.2013	Adições	Transfer	31.12.2014
<u>Custo</u>							
Veículos	31	-	(31)	-	203	-	203
Móveis e utensílios e Instalações administrativas	-	26	-	26	9	-	35
Máquinas e equipamentos	392	20	-	412	13	-	425
Computadores e periféricos	-	36	-	36	8	-	44
Imobilizações e equipamentos em andamento	46.271	277.001	-	323.272	231.349	7.439	562.060
Contratos de obras e equipamentos em andamento	-	18.381	-	18.381	18.531	(7.437)	29.475
Capitalização de juros	-	15.304	-	15.304	45.456	-	60.760
Desmobilização, desmontagem de bens e custos socioambientais	-	6.461	-	6.461	14.634	(2)	21.093
Terrenos	201	400	-	601	-	-	601
Total do custo	<u>46.895</u>	<u>317.629</u>	<u>(31)</u>	<u>364.493</u>	<u>310.203</u>	<u>-</u>	<u>674.696</u>
<u>Depreciação</u>							
Veículos	(3)	(2)	5	-	(27)	-	(27)
Móveis e utensílios e Instalações administrativas	-	(1)	-	(1)	(2)	-	(3)
Máquinas e equipamentos	-	(42)	-	(42)	(43)	-	(85)
Computadores e periféricos	-	(3)	-	(3)	(8)	-	(11)
Total da depreciação	<u>(3)</u>	<u>(48)</u>	<u>5</u>	<u>(46)</u>	<u>(80)</u>	<u>-</u>	<u>(126)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>46.892</u>	<u>317.581</u>	<u>(26)</u>	<u>364.447</u>	<u>310.123</u>	<u>-</u>	<u>674.570</u>

Em 2014, a Companhia acessou os indicadores de *impairment* do ativo imobilizado e não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

8. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ágio na aquisição de investimento (a)	22.320	22.320
Direitos de uso de imóveis rurais (b)	5.434	2.376
Encargos financeiros capitalizados	<u>496</u>	<u>78</u>
Total	<u>28.250</u>	<u>24.774</u>

(a) Ágio fundamentado em rentabilidade futura das investidas foi incluído no valor contábil do investimento da controladora e será amortizado a partir da entrada em operação das investidas. No consolidado, o ágio foi reclassificado para o intangível.

(b) Referem-se aos contratos de cessão de direito de uso, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

9. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos, empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

<u>Principais fornecedores</u>	<u>Equipamento/Serviço</u>	Consolidado	
		<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
GE Wind	Aerogeradores	23.176	13.319
Consorcio Grupo Darcy Pacheco / Eum South	Montagem Aerogeradores	3.012	-
CONFER / Aggreko	Obras civis	8.158	5.062
Consorcio Alstom / SIMM/SCHNEIDER	Substação	93	-
Bioconsultoria / Rally Construções	Ambientais /Reassentamento	399	-
Diversos	Meio Ambiente	<u>973</u>	<u>-</u>
		<u>35.811</u>	<u>18.381</u>

10. DEBÊNTURES

Em 5 de agosto de 2013, a Reunião do Conselho de Administração das Centrais Eólicas aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em uma única série, não conversíveis em ações, no valor total de R\$416.000, dividida em 4 parcelas em 20 de agosto, 20 de setembro, 20 de outubro e a 4ª parcela em 20 de dezembro de 2013 a qual teve a data de liquidação repactuada para 14 de março de 2014.

Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de 1,55% ao ano até 20/08/2014, quando ocorreu o vencimento das debêntures.

Em 18 de agosto de 2014, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 20 de agosto de 2015. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,55% aa, para 1,20% aa, a partir de 20/08/2014.

Os recursos obtidos por cada Central Eólica com a oferta estão sendo utilizados na construção dos parques eólicos. As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, dispensada do registro perante a CVM, sob o regime de garantia firme, nos termos da Instrução CVM nº 476 e do contrato de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As debêntures foram registradas para negociação no mercado primário no SDT - Sistema de Distribuição de Títulos por meio do Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.

A seguir a mutação dos saldos de debêntures:

	Quantidade	Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	-	332.493	-
Emissão em 20/08/2013	250.000	-	250.000
Emissão em 20/09/2013	20.100	-	20.280
Emissão em 18/10/2013	50.000	-	50.854
Emissão em 14/03/2014	95.900	101.865	-
(-) Custos de emissão a apropriar	-	(2.762)	(2.680)
Amortização de custos de emissão - capitalizada	-	2.762	2.680
Juros provisionados - capitalizados	-	<u>51.271</u>	<u>11.359</u>
Totais	<u>416.000</u>	<u>485.629</u>	<u>332.493</u>

Garantia Real: (I) Foram concedidas as ações de emissão das Centrais Eólicas de titularidade da BW Guirapá, bem como todas as vantagens e direitos que forem atribuídos aos Direitos de Participação das Centrais Eólicas; (II) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do Projeto; (III) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios; e (IV) cessão fiduciária dos recursos existentes na conta de recebimento de titularidade da BW Guirapá.

Garantia Fidejussória: A BW Guirapá é responsável por todas as obrigações pecuniárias assumidas pelas Emissoras nos termos da Escritura.

11. PROVISÃO PARA CUSTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais no passivo não circulante, quando aplicável, e incorpora tal custo no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos.

Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado. A provisão é registrada com base em orçamentos de gastos futuros elaborados pela Administração das Centrais Eólicas, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação.

Em 31 de dezembro de 2014, a provisão para custos socioambientais é de R\$6.693 no passivo não circulante (R\$6.461 em 2013) no consolidado.

Custo de desmobilização de ativos

As Centrais Eólicas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde estão localizados os parques eólicos. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta provisão para desmobilização de ativos é de R\$14.400 no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013, as Centrais Eólicas não haviam implantado os ativos e, portanto, a provisão para desmobilização não foi incorrida.

O total da provisão para desmobilização e para custos socioambientais em 31 de dezembro de 2014 somam R\$21.093 (R\$6.461 em 2013), no consolidado.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$224.488 (R\$133.488 em 2013). O capital está composto por 381.181 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas, sendo 128.870 ações pela Brasil Wind S.A. e 252.311 pelo Santander Participações S.A. Em 2013 o capital estava composto por 233.049 ações ordinárias integralizadas sendo 128.870 pela Brazil Wind S.A e 104.179 pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 2014, o Banco Santander (Brasil) S.A. efetuou as seguintes integralizações de capital:

16/10/2014 - Valor de R\$18.000 equivalentes a 29.301 ações ordinárias nominativas.

30/10/2014 - Valor de R\$25.000 equivalentes a 40.695 ações ordinárias nominativas.

04/12/2014 - Valor de R\$22.000 equivalentes a 35.812 ações ordinárias nominativas.

29/12/2014 - Valor de R\$26.000 equivalentes a 42.323 ações ordinárias nominativas.

Em 4 de junho de 2013, a Brazil Wind S.A., empresa 100% controlada pela Brazil Energy S.A. (“BESA”) e o Banco Santander S.A. (“Santander”), celebraram um acordo de investimento com objetivo de consolidar a experiência de ambos os grupos (BESA e Santander) no setor de energia renovável, para união de seus esforços na construção dos sete parques eólicos que compõem o Complexo Guirapá e, dessa forma, obter sinergia para o desenvolvimento do empreendimento.

Em 18 de dezembro de 2014, por intermédio de um termo aditivo ao acordo de investimentos, o Banco Santander transferiu suas ações para sua controlada Santander Participações S.A., holding de investimentos na área de energia.

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

c) Prejuízo por ação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
NUMERADOR		
Prejuízo do exercício	(15.711)	(13.835)
DENOMINADOR		
Média ponderada das ações	<u>257.328</u>	<u>175.750</u>
Prejuízo por lote de mil ações básico	<u>(61,05)</u>	<u>(78,72)</u>

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

Não é prática da Companhia, contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia está apresentada a seguir:

	Valor contábil e valor justo			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros:				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:				
Caixa e depósitos bancários à vista	11	16	136	125
Aplicações financeiras	34.534	31.548	34.555	88.146
Passivos financeiros:				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	83	17	35.894	18.398
Debêntures	-	-	485.629	332.493

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Os ativos financeiros possuem as seguintes classificações: (I) empréstimos e recebíveis; (II) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (III) mantidos até o vencimento; e (IV) disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia somente possuía ativos financeiros na Categoria II (Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras).

- b) Passivos financeiros:

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

- b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a debêntures e aplicações em reais.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de debêntures.

d) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

e) Análise de Sensibilidade para exposição de taxa de juros

Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2015: CDI (12,75%)

<u>Controladora</u>				<u>Cenários</u>		
<u>Operação</u>	<u>Exposição</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u> <u>(+25%)</u>	<u>Remoto</u> <u>(+50%)</u>
Aplicação financeira	34.534	Baixa do CDI	Resultado	4.403	3.302	2.202
<u>Consolidado</u>				<u>Cenários</u>		
<u>Operação</u>	<u>Exposição</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u> <u>(+25%)</u>	<u>Remoto</u> <u>(+50%)</u>
Aplicação financeira	34.555	Alta do CDI	Resultado	4.406	5.507	6.609
Debentures	(485.629)	Alta do CDI	Resultado	(61.918)	(77.398)	(92.877)
	(451.074)					

14. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A., contra riscos de engenharia, responsabilidade civil geral, garantia ao fornecedor e garantia do fiel cumprimento do leilão no montante de R\$538.117. A Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

(*) A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes.

15. DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, que baseados na opinião dos seus assessores jurídicos demandassem provisão ou divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

16. ARRENDAMENTO DE TERRAS

Em 31 de dezembro de 2014, as 59 propriedades arrendadas para implementação dos 7 parques eólicos controlados pela BW Guirapá I S.A., descritos no contexto operacional, estão regularizadas no Registro Geral de Imóveis.

Os contratos de arrendamento operacional firmados pela Companhia têm a vigência de 35 anos e preveem o pagamento anual de R\$519, o que equivalente a 0,67% da energia gerada. O reajuste será realizado com base na variação do IPCA, divulgado pelo IBGE.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos das operações mantidas com partes relacionadas podem ser resumidos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo não circulante:				
Outras contas a pagar:				
Brazil Energy S.A. (a)	<u>83</u>	<u>17</u>	<u>83</u>	<u>17</u>
Total	<u>83</u>	<u>17</u>	<u>83</u>	<u>17</u>

(a) Referem-se ao reembolso de despesas dos serviços compartilhados e foram realizadas em condições consideradas pela Administração da Companhia como compatíveis com as de mercado nas datas das operações. Sobre essas operações não incidem atualizações monetárias e encargos financeiros.

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2014 foi efetuado pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A. no valor de R\$1.850.

18. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Encargos financeiros capitalizados	-	-	51.271	11.359
Provisão para fornecedores	-	-	17.430	18.381
Integralização de capital com AFAC	-	15.508	-	37.543
Provisão para desmobilização	-	-	14.400	-
Provisão para custos socioambientais	-	-	<u>232</u>	<u>6.461</u>
Total	<u>=</u>	<u>15.508</u>	<u>83.333</u>	<u>73.744</u>

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 10 de julho de 2015.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de fevereiro de 2015 a Companhia ingressou com um Pedido de Reconsideração ao despacho da ANEEL nº 4.828/2014, o qual indeferiu o pleito de excludente de responsabilidade no atraso do cronograma de conclusão e entrada em operação dos parques eólicos.

A Administração entende que o atraso está relacionado à motivos de força maior e, portanto, não haverá penalidades a serem atribuídas ao Grupo BW Guirapá, como também continua confiante de que as argumentações estão baseadas em documentos contundentes que caracterizam que as alterações na legislação de âmbito federal e estadual e a morosidade do órgão ambiental evidenciam circunstâncias alheia ao poder de gestão do empreendedor.

Em 31/03/2015 foi renovada a vigência da apólice para vencimento em 12/10/2015, mantendo-se os mesmos valores de cobertura.

Em 9 de abril de 2015 a Companhia tomou ciência dos autos de infração nº AI-005/2015, AI-006/2015, AI-008/2015, AI009/2015, e AI10/2015, lavrados contra as centrais eólicas Caititu, Coqueirinho, Inhambu, Tamanduá mirim e Teiu, respectivamente e, em 22 de abril de 2015 dos AI-011/2015 e AI-007/2015, das centrais eólicas Angical e Corrupião. Os autos de infração somam a importância de R\$519.

A Administração por intermédio de seus assessores jurídicos, protocolizou em 17/04/2015 e 27/04/2015 os recursos recorrendo contra os referidos autos por entender que as autuações são indevidas, face todo o exposto na nota explicativa 1.3.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do Capital Social da Companhia em R\$75.538, passando o mesmo para R\$300.026 (R\$224.488 em 31/12/2014).

Em 19 de junho de 2015, a Companhia ratificou seu pedido de excludente de responsabilidade e, solicitou que na hipótese de não ser reconhecido o pleito principal, conforme o 4º pedido (vide nota explicativa 1.3), espera-se que a ANEEL permita a concatenação do cronograma dos empreendimentos com o cronograma de operação comercial da transmissora na qual ocorrerá a conexão da rede, prevista para o mês de outubro de 2015. Ressalta-se que a Administração, com base na opinião legal de seus assessores jurídicos, que formularam o Pedido de Postergação da Data de entrada em Operação Comercial e da Data de início de Suprimento dos Contratos de Energia de Reserva, entende que este atraso está relacionado a motivo de força maior e, portanto, não haverá penalidades a serem atribuídas ao Grupo BW Guirapá.